



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA



ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO DA 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª. LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, DO DIA 28 DE AGOSTO DE 2018.

Às dez horas do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e dezoito, no Plenário Judivan Cabral, sob a presidência da deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a presidente deputada Estela Bezerra declarou abertos os trabalhos da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros: deputado Hervázio Bezerra; deputado Lindolfo Pires, deputada Camila Toscano, deputado Renato Gadelha e o deputado Frei Anastácio. Ato contínuo, a presidente convidou o deputado Renato Gadelha para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente que constou; a leitura da Ata da 15ª Reunião Ordinária desta Comissão. Posta em discussão e votação, a Ata foi aprovada por unanimidade e sem restrições e também, leu o Edital de Convocação para esta reunião. Em seguida, a presidente informou que foi recebido nesta Comissão a solicitação de inclusões de pauta de três Projetos e solicitou que fossem apreciados, menos o de sua autoria, antes da pauta constante em mesa. Ato contínuo, a presidente determinou ao secretário que procedesse a leitura dos projetos inclusos. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 246/2018 de autoria do deputado Aníbal Marcolino, subscrito por vários parlamentares – concede Medalha Epitácio Pessoa a Dr. Cleanto Gomes Pereira em razão dos valorosos serviços prestados ao Estado da Paraíba. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1669/2017 de autoria da deputada Eliza Virgínia – Reconhece de Utilidade



Pública da Associação Manancial de Amparo ao Carente da Paraíba (ASMAC/PB) e adota outras providências. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o secretário iniciou a leitura da pauta que constava em Mesa. Discussão e votação do Projeto de Lei que dispensa a deliberação do plenário; Projeto de Lei nº 1623/2017 do deputado Tróccoli Júnior - Reconhece de Utilidade Pública o Grupo de Amigos Diabéticos em Ação (GADA), localizado no município de Cajazeiras. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado João Gonçalves, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1913/2018 - (Mensagem 023 de 15/06/2018) - do Poder Executivo - Cria o Comitê Interinstitucional de recuperação de Ativos do Estado da Paraíba, e dá outras providências. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado Lindolfo Pires, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1848/2018 da Defensoria Pública do Estado da Paraíba - Aplica a revisão anual aos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal e dá outras providências. Foi concedido pedido de vistas, pela presidente, ao relator deputado Hervázio Bezerra. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1878/2018 do deputado Anísio Maia - Dispõe sobre a proibição da venda exclusiva de material didático pelos estabelecimentos de ensino. O autor do Projeto pediu adiamento da matéria. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1883/2018 do deputado Inácio Falcão - Dispõe sobre o serviço de atendimento ao cliente (SAC) ou ouvidoria via telefone, para reclamar, elogiar, cancelar ou qualquer comunicação feita ou recebida pelo cliente de empresas de qualquer atividade no Estado da Paraíba. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição a deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, por unanimidade o parecer foi aprovado. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1893/2018 do deputado Jutay Meneses - Dispõe sobre a exposição de bebidas alcoólicas para o público consumidor em locais específicos, distintos dos destinados à bebidas não alcoólicas e outros produtos. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado Lindolfo Pires, proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado, tendo apenas um voto de abstenção do deputado Frei Anastácio, os deputados Hervázio Bezerra, Renato Gadelha e Estela Bezerra votaram favorável ao parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1894/2018 do deputado Nabor Wanderley - Estabelece a Política Estadual do livro, no âmbito do Estado da Paraíba, e

25



dá outras providências. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado João Gonçalves, proferiu parecer pela prejudicialidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1895/2018 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a incumbência de informação por escrito das operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde ao consumidor, em caso negativo de atendimento e cobertura e dá outras providências. O relator deputado Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado Lindolfo Pires, proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1896/2018 do deputado Caio Roberto - Estabelece a isenção de anuidade dos conselhos profissionais a recém-formados que não estejam exercendo a profissão. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição a deputada Camila Toscano proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o deputado Frei Anastácio, pediu licença a presidente para se ausentar para que pudesse participar do pequeno expediente da Sessão Ordinária. A presidente agradeceu a participação do Frei Anastácio e em seguida, passou a palavra para o secretário. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1897/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre o dever dos cartórios do estado da Paraíba em disponibilizarem como meio de pagamento o cartão de débito. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição a deputada Camila Toscano, solicitou adiamento da matéria. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1898/2018 do Caio Roberto - Dispõe sobre a instalação de placas em *braille* com a relação das linhas de ônibus e seu roteiro de viagem nas estações rodoviárias do estado da Paraíba e dá outras providências. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1899/2018 do deputado Caio Roberto - Obriga as unidades escolares, públicas e privadas, inclusive creches, a disponibilizarem no mínimo 10% (dez por cento) de mobiliário adaptado para pessoas com deficiência e ou obesas. O deputado Hervázio Bezerra, em substituição a deputada Camila Toscano, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Passou a secretariar os trabalhos a deputada Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1901/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nas escolas públicas do estado da Paraíba que oferecem ensino infantil, fundamental e médio e dá outras providências. A relatora Camila Toscano proferiu parecer pela prejudicialidade. O parecer foi aprovado, sem discussão, por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2018 do deputado

Caio Roberto - Obriga as concessionárias dos serviços de telefonia celular e de TV por assinatura, a enviarem para o e-mail do cliente ou endereço do mesmo, independente de solicitação, a gravação das conversas com o (a) atendente via telefone ou por meio do serviço de atendimento via internet – fale conosco, na forma que menciona. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Os Projetos de Lei Ordinária do deputado Caio Roberto de nº 1903/2018, 1904/18, 1905/2018, 1906/2018, 1907/2018 e 1910/2018 tiveram pareceres proferido pela prejudicialidade. Sem discussões, todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. Foram os seguintes Projetos de Lei Ordinária: nº 1903/2018 do Deputado Caio Roberto - Institui a proibição da estipulação dos chamados prazos de fidelização, por parte das prestadoras de serviços de TV por assinatura, telefonia fixa ou móvel e internet banda larga móvel e fixa, bem como a cobrança de penalidades quando do encerramento do vínculo contratual pelo consumidor no curso do prazo. O relator foi a deputada Camila Toscano; Projeto de Lei Ordinária nº 1904/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição de concursos público para os que trabalham nas eleições. O relator foi o deputado Hervázio Bezerra; Projeto de Lei Ordinária nº 1905/2018 do deputado Caio Roberto - Garante matrícula para o aluno portador de mobilidade reduzida na escola estadual mais próxima de sua residência. O relator foi o deputado Lindolfo Pires; Projeto de Lei Ordinária nº 1906/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provadores de roupas adaptados à população com deficiência física ou mobilidade reduzida, nos locais que especifica, e dá outras providências. O relator foi o deputado Hervázio Bezerra; Projeto de Lei Ordinária nº 1907/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde de afixar quadro informativo, na forma que menciona. A relatora foi a deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado João Gonçalves e o Projeto de Lei Ordinária nº 1910/2018 do deputado Caio Roberto - Cria a Carteira de Identificação do Autista (CIA), para a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O relator foi o deputado Lindolfo Pires, em substituição ao deputado João Gonçalves. Dando continuidade, discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1908/2018 do deputado Caio Roberto - Assegura a participação de formados em cursos técnicos ou de curta duração, de formação superior, em concursos públicos para provimento de cargos, empregos ou funções da administração pública estadual direta e indireta. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1909/2018 do deputado Caio Roberto - Obriga os hospitais públicos e privados a criar uma sala de descompressão, para



ser utilizada pelos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela inconstitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1911/2018 do deputado Caio Roberto - Dispõe sobre o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura e lazer para crianças e adolescentes que estejam sob guarda de família adotiva. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade com emenda supressiva. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1916/2018 do deputado Trócolli Júnior - Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas. A relatora Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1917/2018 da deputada Daniella Ribeiro - Concede o Título de Cidadã Paraibana a jornalista Reny Cláudia. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1918/2018 do deputado Tovar Correia Lima - Proíbe a cobrança da taxa de reserva, ou taxa de matrícula, cobrado antecipadamente, anterior à prestação dos serviços educacionais, com vistas a garantir a vaga do aluno no ano letivo seguinte. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela constitucionalidade. O parecer foi aprovado, sem discussão, por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1919/2018 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a Estadualização da Estrada que liga o município de Santa Cruz ao município de Lagoa-PB, interligando as rodovias PB-359 e PB-337. A presidente deputada Estela Bezerra pediu vistas deste Projeto, como também, de outro projeto do mesmo autor, Projeto de Lei Ordinária nº 1920/2018 do deputado Ricardo Barbosa - Dispõe sobre a Estadualização da Estrada que liga o município de Santa Cruz ao município do Lastro-PB, interligando as rodovias PB-359 e PB-383. Ato contínuo, discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1921/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Assegura o direito aos proprietários de animais de pequeno porte e de cães-guia no transporte rodoviário intermunicipal, na forma que dispõe e dá outras providências. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela constitucionalidade com emendas supressivas e modificativas. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1922/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, a política de incentivo à bioconstrução, e dá outras providências. O relator deputado

Hervázio Bezerra, em substituição ao deputado João Gonçalves proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1924/2018 da deputada Estela Bezerra - Institui o Dia Estadual da “Biodança – Sistema Rolando o Toro” no Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1945/2018 da deputada Estela Bezerra – Denomina de Luciano Bezerra Vieira o Centro Estadual de Referências dos Direitos LGBT e Enfrentamento a LGBTfobia do município de Campina Grande. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade. O parecer foi aprovado por unanimidade, sem discussão. Ato contínuo, em virtude do início da Sessão Plenária, a presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Lavrando a presente Ata, a redatora Adriana de Menezes Leite, Assistente Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela presidente deputada Estela Bezerra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 28 de agosto de 2018.

Deputada Estela Bezerra
Presidente

